

## Audiência Pública na Alesp

27/6/12, quarta-feira, às 14h,  
no Auditório Franco Montoro

- Criminalização dos movimentos sindical e estudantil
  - Financiamento das universidades estaduais e do Ceeteps
- PARTICIPE!**

## Emoção e revelações no ato pela Comissão da Verdade

Homenagens, revelações, emoções combinaram-se fortemente no ato de lançamento da campanha pela instalação da Comissão da Verdade da USP, realizado em 12/6. Centenas de estudantes compareceram, lotando o auditório 5 da Faculdade de Economia e Administração (FEA), mas também estiveram presentes professores de várias unidades, em especial do Instituto de Psicologia (IP) e da Faculdade de Filosofia (FFLCH), além de funcionários técnico-administrativos e convidados.

O ato foi convocado pelo Fórum Aberto pela Democratização da USP, do qual participam a Adusp, Sintusp, DCE, centros acadêmicos e grupos como Levante Popular, Coletivo Quem e outros. A coordenação da mesa coube ao doutorando Renan Quinalha, do Fórum Aberto. Bruno Theodósio, representante do Centro Acadêmico Visconde de Cairu (FEA), fez a saudação inicial aos participantes e homenageou as vítimas da Ditadura Militar.

“Os mais jovens não avaliam o que é o medo pânico. Paira sobre você uma ameaça assustadora. Isso foi a USP durante dez anos, quase todo dia, e as pessoas desaparecendo”. Assim a professora Marilena Chauí descreveu o ambiente de terror vigente na instituição durante a Ditadura Militar, após a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). “Você vinha para cá e não sabia se voltava para casa, se não seria preso ou torturado. Portanto você não sabia se seus alunos viriam. Se faltavam, você não ousava perguntar por quê. A mesma coisa com relação aos colegas. Havia policiais à paisana nas salas de aula. Nós éramos vigiados noite e dia”, relatou.

Marilena enfatizou o papel das estruturas de poder internas na repressão: “As cassações [de professores] não vieram do alto: as congregações se encarregaram de delatar e denunciar. Foram os civis acadêmicos dentro da universidade que fizeram uma ‘limpeza de sangue’. Uma coisa sinistra! Isso não pode ficar em branco. Uma Comissão da Verdade tem que di-



Fotos: Daniel Garcia

Professora Elisabetta Santoro manifesta-se em nome da Adusp; na foto abaixo, a estudante Lira Alli

zer isto. A estrutura da nossa universidade é a que a Ditadura, através do MEC e do acordo MEC-Usaid, introduziu no Brasil, e que na nossa [universidade] se cristalizou. A Comissão da Verdade tem que mostrar quem implantou tudo isso, as datas, os decretos. Precisamos fazer uma devassa do acordo MEC-Usaid, se quisermos democratizar a universidade”, disse.

**Sentimento.** “Esse reitor teve o aprendizado dele como dirigente nesse caldo de cultura da Ditadura”, asseverou a professora da FFLCH, referindo-se a Grandino Rodas. “Isso nem a Ditadura fez, de pôr a polícia dentro do campus para espancar os alunos”, protestou.

Marilena iniciou a sua exposição fazendo revelações carregadas de sentimento. Recordou sua amizade com a professora Heleny Guariba, assassinada pela repressão política em 1971 e até hoje oficialmente desaparecida: “Estudávamos juntas, ela escolheu o meu namorado, com quem eu casei. Estive com ela na véspera do dia da prisão, foi à minha casa e tivemos uma longa conversa, fizemos planos, íamos nos ver no dia seguinte, mas não a vi mais”. Enquanto falava, a pro-



fessora dirigia-se à estudante Cândida Guariba, neta de Heleny e presente ao ato.

Também relatou a tragédia vivida pelo professor Luiz Roberto Salinas (“amigo meu do coração, entramos juntos no Departamento de Filosofia”), que morreu depois de libertado, em decorrência das torturas sofridas na prisão. “Foi preso, torturado, e, na época, não fazia parte de nenhum movimento ou grupo. Ele nunca conseguiu realmente se refazer. Teve trombose nas duas pernas, tendo que cortar dedos dos pés e morreu com uma síncope. Ou seja, foi morto pela tortura”.

**“Qual verdade?”** O professor Edson Teles, da Unifesp, comentou as limitações da Comissão Nacional da Verdade (CNV): por estar subordinada à Casa Civil da Presidência da República, ela não tem autonomia estrutural, orçamentária ou logística; o período fixado (1946-1988) descaracteriza a necessidade de apurar os crimes de Estado; a lei define como uma de suas finalidades “promover a reconciliação nacional”, ao invés de subsidiar a punição dos torturadores.

Teles advertiu para o fato de que, uma vez constituída a Comissão da Verdade da USP, “em



## continuação da matéria de capa

alguns momentos nós, do movimento, vamos nos confundir com as instituições”, o que pode trazer riscos. Por isso, é preciso que essa comissão disponha de “funcionamento político e material autônomo, para que seja eficiente”, e que o processo de escolha de seus membros seja transparente.

Ele também sugeriu que a comissão resulte de uma definição prévia fundamental: “Qual verdade vamos apurar?”, de modo a evitar discussões disparatadas como a tese de que a CNV deveria apurar supostos crimes da esquerda (e não apenas os crimes da Ditadura Militar). Ainda sobre a CNV, Teles informou que a reunião realizada em 11/6 entre esta e os familiares das vítimas do regime militar foi “surpreendente, emocionante”. Ele encerrou sua exposição com uma homenagem a Heleny Guariba.

**Estatuante ampla.** Rafael Pacheco, estudante que falou em nome do Fórum Aberto, destacou a grave situação atual da universidade, onde o “insistente recurso da Reitoria à força e à intervenção policial mostram incapacidade de lidar com o dissenso”, o que reforça a bandeira da “Estatuante ampla e autônoma”.

Felipe Faria (Beira), pelo DCE-Livre, também chamou atenção para os instrumentos autoritários que vêm sendo usados pela gestão Rodas contra os movimentos, e afirmou: “Estamos completamente envolvidos na construção dessa campanha” (pela Comissão da Verdade da USP).

Uma universidade que não resolveu as gravíssimas violações de direitos humanos ocorridas no passado recente não pode construir com a necessária consciência o seu presente e o seu futuro, “não pode se conceber como lugar do pensamento crítico, da produção autônoma de saber e da transmissão de conhecimento”, declarou a professora Elisabetta Santoro, vice-presidente da Adusp, em nome da entidade.

O Fórum Aberto, prosseguiu, decidiu concentrar esforços “na iniciativa de lançar uma campanha e um abaixo-assinado pela instalação de uma Comissão da Verdade da USP, autônoma e independente, à qual sejam dadas as condições de investigar os inúmeros casos de desaparecimentos, mortes, torturas, aposentadorias compulsórias aqui ocorridos”.

A professora lembrou que já em

1978 a Adusp desenvolveu “uma campanha pela reintegração na vida acadêmica dos professores atingidos pelos atos de exceção”, e realizou um levantamento do processo de controle ideológico sobre o corpo docente da USP, que resultou na produção do *Livro Negro da USP*, reeditado em 2004 sob o título *O controle ideológico na USP*.

**Resposta de classe.** “A Ditadura Militar não caiu do céu, foi uma resposta da classe dominante às manifestações dos trabalhadores, dos estudantes, que começavam a questionar os pilares da dominação”, afirmou Marcelo Santos (Pablito), diretor do Sintusp. “A transição democrática, em 1984, foi feita às custas de se manter a impunidade dos torturadores e dos patrocinadores da Ditadura Militar”.

A professora Heloísa Borsari, presidente da Adusp, manifestou-se na condição de coordenadora do Fórum das Seis, articulação que reúne os sindicatos de docentes, de funcionários técnico-administrativos e entidades estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza. No entender do Fórum das Seis, uma Comissão da Verdade da USP deve gozar de independência para examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas na USP no período 1964-1985: “Desvendar os fatos reais que cercam uma das épocas mais obscuras da história brasileira, numa universidade da relevância que tem a USP, certamente contribuirá para que esse período seja passado a limpo em todo o país”.

Na presente conjuntura, ainda se mantém vivo na universidade o “inaceitável legado” da Ditadura Militar, segundo a professora: “Em paralelo à importância histórica que cerca o pedido de criação da Comissão, é preciso situar o atual momento vivido pela USP, sob a gestão do reitor João Grandino Rodas, em que vigora um conjunto de políticas repressivas e autoritárias, com perseguições e práticas punitivas contra estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes”.

**“Justiça concreta”.** No Peru, a Comissão da Verdade e Reconciliação, criada em 2001 para apurar atrocidades cometidas pelo governo de Alberto Fujimori e durante o conflito armado entre o Estado e o grupo Sendero Luminoso, entrevistou 17 mil pessoas



Exposição do professor Edson Teles (Unifesp)

em dois anos e elaborou uma lista de 69 mil pessoas mortas ou desaparecidas. As conclusões da Comissão puderam ser usadas como provas em processos penais.

Os dados foram apresentados pelo sociólogo Eduardo Gonzalez Cueva, diretor do Centro Internacional para a Justiça de Transição (ICTJ), que foi um dos integrantes da comissão peruana. Para Gonzalez, é preciso que seja cumprida a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que determina ao Brasil a punição dos agentes da Ditadura Militar envolvidos em graves violações. A criação da CNV, ressaltou, “é apenas parte das obrigações do Estado brasileiro”, pois é preciso haver “justiça concreta, justiça penal”.

Gonzalez destacou a importância da atuação da CNV para acabar com “a negação e a justificação”, elementos culturais que impedem o conhecimento da verdade histórica e favorecem a impunidade. Citou como exemplo a alegação usual de que foram “só 500 mortos” no Brasil, diante de muitos milhares de assassinatos ocorridos sob as ditaduras de outros países. “Essa justificativa tem que parar, porque direitos humanos não são uma questão de aritmética, mas de princípios. A Comissão da Verdade tem que combater essa lógica justificadora”.

O diretor do ICTJ argumentou que cabe à CNV a apuração das autorias e responsabilidades pelas violações cometidas, e à Justiça a aplicação de penas. Para ele, o Ministério Público Federal tem cumprido seu papel de propor as ações penais, ao passo que a Justiça (STF e juízes) tem bloqueado as punições. “É preciso focar a críticas nos juízes”, propôs.

**“Nunca mais”.** A professora Vera Paiva (IP), filha do ex-deputado Rubens Paiva, assassinado em 1971 (vide *Revista Adusp* 50), até hoje um desaparecido político, considera que no Brasil houve “terrorismo de Estado com a cumplicidade de alguns órgãos de im-

prensa” e que é preciso fazer a verdade aparecer. “Verdade que nos permita dizer: isso nunca mais pode acontecer”. Expressou indignação com o fato de, ainda hoje, vias públicas levarem o nome de ditadores e torturadores: “É inaceitável andar no Viaduto Costa e Silva, na Avenida Castelo Branco...”

Na opinião de Vera, professora na USP há mais de vinte anos, a Congregação do Instituto de Química deve pedir desculpas à família da professora Ana Rosa Kucinski, demitida por “abandono de emprego” em outubro de 1975, quando já havia sido assassinada pela repressão política.

Ela retomou uma questão levantada por Gonzalez: “Negação e justificação acontecem cotidianamente na USP e na sociedade, na forma de racismo, sexismo e homofobia. Uma pesquisa com portadores de HIV foi proibida pela Congregação do IP, uma ação claramente homofóbica”. A professora lembrou a agressão a um estudante negro, praticada por um policial militar dentro do DCE em 2011, como um caso claro de racismo, mas justificado com a alegação de “estresse” do PM.

O professor Paul Singer defendeu a criação da Comissão da Verdade da USP e disse esperar que outras universidades instituas suas comissões. “A Ditadura atingiu o âmago da sociedade brasileira. É importante saber da verdade não só para evitar que coisas revoltantes venham novamente a acontecer. É mais do que isso: é entender o presente. Entender o passado é fundamental para saber por que as pessoas são como são”, afirmou. “É importante não só preservar a USP, mas torná-la melhor”.

O ato foi encerrado após a leitura de um poema de Pedro Terra pela estudante Lira Alli que, em seguida, acompanhada por todos os participantes, homenageou 40 estudantes e docentes da USP, assassinados pela Ditadura Militar, em um dos momentos mais tocantes do ato: a cada nome lido por ela, a plateia, em peso, respondia: “Presente!”.

# Ainda sobre a interpelação judicial e a necessidade de interlocução

**Breve histórico.** No início de abril, a Adusp reuniu-se com o reitor com vistas a firmar um Termo de Permissão de Uso para a nova sede da entidade. Contudo, o reitor alegou a impossibilidade de prosseguir a negociação, se não fosse superada a questão da sua interpelação judicial, propondo que a diretoria da Adusp e a Reitoria fizessem uma declaração conjunta. Nela, a diretoria da Adusp contextualizaria as críticas feitas à gestão Rodas, atribuídas equivocadamente pela Reitoria à entidade, em razão de editorial de *O Estado de S. Paulo* (de 25/2/2012). Por sua vez, a Reitoria reconheceria que sua iniciativa de interpelar judicialmente os diretores da entidade não fora a melhor resposta ao referido editorial.

Após intenso debate e tendo ouvido o Conselho de Representantes da Adusp, a diretoria decidiu acatar a proposta da Reitoria, demonstrando – uma vez mais – sua disposição ao diálogo e à negociação. Uma minuta de texto para tal declaração foi encaminhada em 27/4 à Reitoria, por meio de ofício, solicitando o agendamento de reunião para tratar do assunto (ver quadro). Em 3/5, o professor Wanderley Messias da Costa, superintendente de relações institucionais da USP, telefonou informando que o reitor não concordara com os termos da declaração proposta pela diretoria da Adusp, mas manifestou sua intenção de chegar a um texto aceitável para ambas as partes, tendo

encaminhado nova proposta à diretoria da Adusp, em 11/5.

Nesta versão, conforme relatado no *Informativo Adusp* 345, foi suprimido o parágrafo da proposta original no qual a Reitoria reconheceria a inadequação de sua iniciativa de interpelar judicialmente a diretoria da Adusp, e foi acrescentada uma manifestação da entidade de que não havia imputado ato ilícito ao reitor da USP. O texto proposto pela Reitoria se encerrava com um parágrafo em que a entidade e a Reitoria manifestavam a intenção de priorizar o diálogo como forma de alcançar objetivos comuns e superar eventuais divergências.

Em 17/5, a diretoria da Adusp comunicou ao professor Wanderley que, para ser fiel ao que havia sido sugerido pelo próprio reitor, na reunião de abril, uma declaração conjunta não poderia prescindir do reconhecimento de que a interpelação judicial não se constitui em instrumento adequado para o esclarecimento dos fatos e que, portanto, a minuta proposta pela Reitoria não era aceitável. O superintendente de relações institucionais comprometeu-se então a conversar com o reitor no sentido de apresentar, rapidamente, uma nova proposta de declaração conjunta, mas nenhum novo texto foi encaminhado à Adusp.

**Gestões recentes.** Em 12/6, a diretoria da Adusp entrou novamente em contato com o professor Wanderley para comu-

## Confira a minuta rejeitada pelo reitor

“Diante dos fatos que sucederam a publicação do editorial do *Jornal O Estado de S. Paulo*, em 25/2/2012, a diretoria da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) manifesta publicamente que, em conformidade com sua prática histórica de defesa do estado democrático de direito, da educação e da cidadania, jamais manifestou-se com o intuito de ofender qualquer cidadão ou instituição; em particular, não o fez em relação ao reitor da Universidade de São Paulo. Por seu lado, a Reitoria da Universidade de São Paulo reconhece publicamente como inadequada a interpelação judicial dos diretores da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), em função do referido editorial, sem qualquer tentativa prévia de diálogo que permitisse o esclarecimento dos fatos.”

nicar o encaminhamento de ofício ao reitor, solicitando nova reunião para discutir o projeto executivo relativo à reforma do espaço que deverá abrigar a nova sede da Adusp, conforme solicitação feita à entidade pelos representantes da Reitoria, em reunião realizada em dezembro de 2011, relatada no *Informativo Adusp* 344.

O professor Wanderley manifestou disposição para agendar a reunião solicitada pela diretoria da Adusp e, aproveitando o contato, informou que o reitor não modificaria sua posição quanto à questão do texto sobre a eventual declaração conjunta. Manifestamos a compreensão de que a postura assumida pelo reitor encerrava as tratativas sobre a

proposta de declaração conjunta, com o que o professor Wanderley concordou, e insistimos na necessidade de retomar o diálogo concernente às pautas da entidade. O professor Wanderley reiterou sua intenção de agendar a reunião solicitada para tratar da mudança da sede da Adusp.

A expectativa é a de que esta reunião ocorra com a urgência necessária e que estes e outros temas pendentes nas pautas da Adusp — direito à aposentadoria especial e adicional de insalubridade, encaminhamentos quanto à LDO-2013, democratização da universidade, política de saúde, entre tantos outros — tenham efetivamente espaço de interlocução com a administração da universidade.

## Justiça reintegra mais um estudante expulso por Rodas

A juíza Alexandra Fuchs de Araújo, da 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, anulou a expulsão do aluno Yves Carvalho Souza, considerando que é “evitado de vícios” o processo administrativo disciplinar que a Reitoria moveu contra ele. “Esta anulação é o reconhecimento da validade dos argumentos postos nos mandados de segurança que ajuizamos em defesa dos direitos dos alunos expulsos”, declarou à repórter Conceição Lemes (*Viomundo*) o advogado Aton Fon Filho, representante legal de Yves.

“De fato, o processo administrativo que levou ao ato impugnado é baseado no Decreto 52.906/72, editado durante a Dita-

dura Militar, momento anterior à instituição do princípio da autonomia universitária e repleto de violações aos direitos fundamentais. Para o deslinde de litígios envolvendo membros do corpo discente de universidades públicas e suas respectivas administrações é saudável que analisemos os abusos cometidos no passado”, escreve a juíza na sentença.

“Os corpos discentes são marcados pelo apoio a lutas históricas em prol de demandas sociais, trabalhistas e nacionalistas, o que, durante períodos de violação às liberdades individuais, fez com que seus membros sofressem graves perseguições políticas, tais como expulsões carentes de

quaisquer motivações”, afirma ainda Alexandra Fuchs.

**“Império da lei”.** A juíza destacou o fato de que Yves não era reincidente e não havia, anteriormente, causado prejuízos à ordem universitária. “É notória a desproporcionalidade existente entre a conduta típica discriminada e a pena cominada pelo Decreto, com evidente violação do Princípio da Proporcionalidade, expresso tanto na regulamentação do processo administrativo federal quanto estadual”, anotou ela, citando as leis 9.784, art. 2º, e 10.177, artigo 4º.

Este é o segundo caso de reintegração entre os seis alu-

nos “eliminados” pela Reitoria em 2011. O juiz da 10ª Vara da Fazenda Pública concedeu medida liminar para o estudante Marcus Padraic Dunne, com base no mesmo entendimento de que a expulsão violou os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

“Naquela e nesta decisão, o Judiciário entendeu que mesmo que verdadeiras as acusações contra os estudantes, a pena de eliminação do corpo discente é desproporcional, não podendo, por isso, ser mantida”, explica Aton. “O Poder Judiciário está dizendo ao Magnífico Reitor que o império da lei também alcança a Universidade de São Paulo”.

# URV/1994: perdas salariais e possibilidade de ação judicial

Diferentes categorias têm pleiteado judicialmente, com êxito, diferenças salariais referentes a perdas decorrentes da transformação dos salários em Unidade Real de Valor (URV) a partir de março de 1994. A Adusp buscou então esclarecer se no caso dos docentes da USP essas perdas teriam ocorrido, bem como estudou as possibilidades judiciais para compensá-las.

A Medida Provisória 482/1994, convertida na Lei 8.880/1994, em vigor, estabeleceu que o salário dos servidores públicos, de março de 1994, seria convertido em URV, observado o seguinte:

I – dividindo-se o valor nominal (do salário), vigente nos meses de novembro e dezembro de 1993

e janeiro e fevereiro de 1994, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV no último dia desses meses, independentemente da data de pagamento;

II – extraído-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior.

As universidades públicas paulistas não cumpriram as determinações previstas nesta legislação e fixaram o salário de março de 1994, em URV, dividindo o valor nominal do salário de fevereiro pelo valor da URV na data de pagamento. Em decorrência dessa decisão, houve, de acordo com os cálculos do GT-Verbas da Adusp, uma perda salarial de 6,49%.

No que concerne ao direito, é

preciso se ater à questão da prescrição, em função do longo período de tempo decorrido entre a instituição da URV e a presente data. A matéria, embora ainda contraditória nas instâncias ordinárias (primeira e segunda instâncias), restou consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a edição da Súmula 85/1994, que, nestes casos, prevê a prescrição “apenas para as prestações vencidas do quinquênio anterior à propositura da ação”. Isto significa que aqueles que buscarem na justiça a compensação desta perda, caso tenham reconhecido o direito, poderão fazer jus à incorporação da diferença constatada e ao recebimento das prestações relacionadas aos últi-

mos cinco anos anteriores ao ingresso da ação, e ao período transcorrido desde o ingresso até a execução da sentença. Esse tem sido o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Deste modo, a Adusp poderá ingressar com uma ação coletiva em favor da categoria (à semelhança da ação relativa ao “Gatilho Salarial”), assim como pode-se optar por ações individuais ou em grupos de litisconsórcio. No início do segundo semestre, realizaremos reunião do Conselho de Representantes e Assembleia Geral para deliberar sobre essa questão. Fique atento às convocações!

## STF reconhece direito do Ceeteps à isonomia

Desde 1996, os sucessivos governos estaduais têm deixado de repassar aos trabalhadores do Centro Paula Souza (Ceeteps) os percentuais de reajuste pagos às demais categorias representadas pelo Fórum das Seis. Nos últimos anos, o Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps (Sinteps) propôs várias ações de isonomia no sentido de reverter esse quadro, uma vez que o Ceeteps é vinculado legalmente à Unesp.

Algumas ações foram ganhas, outras não, embora a base argu-

mentativa de todas seja a mesma.

Contudo, no início de maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o pleito do Sinteps. Ao julgar um recurso extraordinário, proposto contra uma decisão que assegurava o pagamento da isonomia salarial a um grupo de filiados, a ministra Carmem Lúcia proferiu uma decisão muito importante para os trabalhadores do Ceeteps: o STF entende que todos os seus professores e funcionários têm direito à isonomia, não im-

portando em que condição foram contratados. Essa decisão encerra a polêmica existente sobre o tema.

“O STF repete o que a diretoria do Sinteps vem dizendo desde 1996: os trabalhadores do Ceeteps têm direito à isonomia”, declara Denise Rykala, diretora do Sinteps.

“Tendo em vista que um pequeno grupo de filiados perdeu a ação, poderemos tentar reverter a sentença, de modo que seja respeitado o entendimento do STF”, explica o advogado Jamil Hassan, do Sinteps.

## E a Saúde?

No Informativo Adusp 344 (7/5/2012), o GT Saúde alertou para a necessidade de agendar proxima-mente uma reunião com um dos coordenadores do *Sistema de Saúde Próprio* da USP, por conta da falta de informações sobre o futuro do atendimento. Após várias tentativas, recebemos em 31/5 resposta do superintendente de Saúde da USP, professor Marcos Boulos. Contudo, essa carta (*ver site da Adusp*) pouco esclarece as dúvidas da comunidade.

Boulos não informa quais são os hospitais e outros serviços oferecidos pela *Gama Saúde Ltda*, vencedora do pregão, com respeito aos *Planos Regional e Nacional*; e não menciona nada de específico para o caso do *Plano Básico*, não confirmando o texto antes veiculado (*Espaço Aberto* 135, jan./fev. 2012).

A Adusp vai continuar tentando obter informações sobre esse tema, relevante para todos que trabalham e estudam na USP.

## Adusp arrecada doações para trabalhadores sem-teto

Até o final de junho, a Adusp realizará uma campanha de arrecadação de alimentos não perecíveis, cobertores, fraldas e artigos de higiene básica e pessoal necessários aos trabalhadores sem teto que vivem no assentamento Novo Pinheirinho, situado em terreno da CDHU ocupado por eles desde 2/3/2012 em Embu das Artes. Atualmente, a ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) conta com 2.800 famílias, que estão vivendo precariamente em barracos de lona.

Foram instalados postos de recolhimento de doações na sede da Adusp e nas seguintes unidades: EACH, EEFE, EP, FCF, FD, FE, FFLCH, FMVZ, IF, IGc,IME, IP, IO. **Colabore!**

## Maria das Graças, a otimista

Vitor Flynn

